

Lobato tem passado bonito e um presente pobre

SUZA MACHADO

Os dias subsequentes a 23 de dezembro de 1939 foram de grande euforia nacional. Em fim, pipocou a notícia que alguns apostavam que um dia viria e outros daviam. Jorraria petróleo em Lobato, através da Divisão de Fomento da Produção Mineral, órgão da DNPM. A festança era geral. Acreditava-se que a existência do mineral significava esperança de dias melhores para o País. E foi, em parte.

Hoje, 64 anos depois, o ponto em que o petróleo jorrou ainda produz muitas histórias. Não de alegria, mas de tristeza e dor. Esperança de dias melhores ainda é o sentimento que anima agora os moradores da Rua do Amparo onde encontra-se o muro do primeiro poço.

Palco do episódio que abriu um novo tempo na economia do País, nem por isso gerou qualquer bem-estar para as famílias que ali vivem. Considerada uma das áreas mais pobres de Salvador, a maioria da população do bairro convive, diariamente, com esgotos correndo a céu aberto, habitações precárias, acesso difícil às unidades de assistência à saúde, desemprego e muita pobreza.

A OCUPAÇÃO - As primeiras casas no local foram construídas pelo governo do Estado, em 1971, para acolher as famílias desabrigadas pelas cheias e que residiam em áreas próximas, conhecidas como Banana, Cacau e Santa Luzia. "Isto aqui era tudo um brejo e só tinha a roça da velha Nata. Em 80 ou 81 Santinho, que só tinha santo no nome, loteou tudo e embora as terras não fos-

sem dele começou a vender. O primeiro a morar aqui foi Dealdo, que construiu a casa quase em frente a um dos poços de petróleo. Ele trabalhava na Leste depois que se aposentou foi viver em Serrinha", conta Maria de Lurdes Santos, 61 anos, hoje uma das mais antigas moradoras da rua.

A expectativa de Rosângela Maria Silva, 29 anos, duas filhos, que nasceu e vive até hoje na Rua do Amparo, é que seja cons-

truído um posto de saúde para atender aos moradores da área. "O posto que existe na Prainha só atende aos moradores de Jones. Quem mora aqui até mesmo para curar uma dor de barriga tem que buscar socorro no Hospital João Batista Caribe ou no PAM-Roma", assegurou.

Para Hilda de Souza, 57 anos, o anfídeo de melhorias só lhe trouxe preocupação. Ela foi uma das desabrigadas da área conhecida como Banane-

ra. Sua casa e outras 14 serão demolidas para construção de praça. Em 2000 ela conseguiu a investir todas as suas economias numa reforma da casa de modo a construir mais um andar para morar uma de suas três filhas. "Lutei para ter uma casa de laje e assim poder ter minha filha perto de mim. Essa casa é velha e não tenho aonde, por isso não quero morar longe das minhas filhas", afirmou.



Prefeitura e ANP planejam a melhoria urbana no entorno do Monumento do Petróleo

Projeto prevê a revitalização

Em parceria com a Prefeitura Municipal de Salvador, Agência Nacional de Petróleo (ANP) e Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Condur), a Petrobras realiza Projeto Lobato, ainda no papel, que prevê uma série de intervenções no bairro onde foi descoberto o petróleo pela primeira vez no Brasil. A ideia é promover a requalificação urbana de todo o entorno do Monumento do Petróleo existente no local.

Várias lideranças locais foram ouvidas. A promessa é criar no Lobato toda uma infra-estrutura para transformar o local num agradável centro turístico, onde será construído um centro comunitário, dotado de auditório e palco teatral, salas de aula, praças com parque infantil, acesso à via náutica a partir de um atracadouro, área de esportes e lazer, entre outras. O investimento é de R\$ 1,3 milhão.

Com a descoberta de petróleo no Lobato, o recém-criado Conselho Nacional do Petróleo (CNP), órgão diretamente ligado à Presidência da República, iniciou o processo de nacionalização e regulamentação dos empreendimentos petrolíferos no Brasil.

O Campo de Lobato parou de produzir em dezembro de 1978, pois o crescimento urbano da área tornou insegura sua continuidade operacional, uma vez que já havia residências próximas às áreas dos poços. A Petrobras concluiu o atrassamento dos poços em 1992; a partir de 1998 o campo passou para a responsabilidade da Agência Nacional do Petróleo, ANP.